



RELATOS DE VIAGEM

Movimento Político e Social Marcha Patriótica: pela segunda e definitiva independência

Ana Carolina Ramos e Silva
Doutoranda em História Econômica pela USP

Entre os dias 21 e 22 de abril de 2012 nasceu na Colômbia o Movimento Social e Político Marcha Patriótica. Seu lançamento ocorreu em Bogotá e superou as expectativas de seus organizadores, já que conforme Oviedo (2012) esperavam-se cerca de oitenta mil pessoas organizadas em três colunas. No entanto, somente a primeira coluna da Marcha já foi suficiente para lotar a Praça Simón Bolívar (principal praça da cidade de Bogotá, em torno dela estão os mais importantes edifícios do país como o Palácio da Justiça e o Capitólio Nacional) e o movimento contou com a participação de cento e vinte mil colombianos somados aos delegados de mais de duas mil organizações da sociedade civil colombiana, compostas por diversos movimentos sindicais, trabalhadores rurais, camponeses, movimentos indígenas e de estudantes, que assinaram a declaração final de constituição da Marcha Patriótica. O ato na capital colombiana foi marcado pelos protestos contra o regime político autoritário e militarizado na Colômbia e a prevalência do modelo econômico neoliberal.

A Marcha Patriótica constitui a mais recente manifestação pública de massas favorável ao avanço na solução política e não militar para o conflito armado na Colômbia e à viabilização das negociações de paz. Ela é o resultado do acúmulo de experiências

dos movimentos sociais como as federações estudantis, sindicatos mineiros, agrários, movimentos de bairros, movimentos culturais. Tais movimentos se reuniam em conselhos e em 2010 agregavam cerca de mil e quinhentas agremiações que tinham em comum a busca pelo espaço público para o exercício da política. A Marcha Patriótica é a convergência desta diversidade em um movimento social e político unificado, cuja unidade se expressou simbolicamente na ocupação do mais importante espaço público do país – a Praça Simón Bolívar. Entre suas principais lideranças encontram-se a ex-senadora pelo Partido Liberal Piedad Córdoba e Carlos Lozano, advogado, jornalista e membro do Comitê Central do Partido Comunista Colombiano.

O nome Marcha Patriótica expressa a ideia de um movimento político em andamento e que tem por horizonte a democracia e a libertação do domínio imperialista. A metáfora “marchar” faz referência justamente a uma forma particular de ação política coletiva – a mobilização – pautada não apenas na confluência de indivíduos ou na simples tática de alianças, mas na articulação de atores coletivos plurais conformados em diversas organizações.

A definição de Movimento implica o reconhecimento dos interesses de amplos setores sociais e populares que buscam superar o conflito social e armado que assola o país. Para isso, propõem a eliminação das causas estruturais do conflito e criação das condições para amplas transformações necessárias à construção da democracia e superação da tendência à militarização da vida política colombiana. Já a definição Patriótica não significa que o movimento tenha caráter chauvinista, mas justifica-se pelo compromisso com a autodeterminação dos povos e o rechaço a qualquer forma de dominação imperialista e colonial, amplamente exercida em todo continente latinoamericano por meio dos tratados de livre comércio e instalações de bases militares, por exemplo. Deste modo, o Movimento Político e Social Marcha Patriótica, preserva seu caráter internacionalista ao mesmo tempo em que está comprometido com projeto bolivariano de integração latinoamericana.

Por essas características, em um primeiro momento a aspiração da Marcha Patriótica não é empreender um caminho eleitoral. Conforme Tolosa (2012), este caminho não é a intenção fundamental, pois a principal proposta é compor uma frente que unifique diversas organizações de resistência em torno de um programa político alternativo. Segundo o mesmo, em algum

momento o movimento pode vir a se expressar em um processo eleitoral, pois a Marcha Patriótica já conta com prefeitos, senadores, deputados e vereadores de diferentes departamentos, mas este não é o objetivo central.

Um dos desafios para o nascente movimento é o de contribuir para a superação de uma formação econômico-social sustentada na combinação de um desenvolvimento econômico excludente com uma superestrutura política repressiva.

Sobre o primeiro aspecto, vale ressaltar que o modelo de desenvolvimento social e excludente colombiano tem como principal fundamento a não solução dos problemas estruturais colombianos, particularmente a questão agrária. Os dados divulgados pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) em 2011 ilustram o grau de concentração de terras na Colômbia. O índice de Gini, que mede a desigualdade entre ricos e pobres, é de 0,85 (numa escala de 0 a 1) no que se refere à concentração de terras no país. Apenas 1,15% da população detêm 52% da propriedade das terras colombianas. O impacto que o monopólio da terra por poucos proprietários tem na sociedade colombiana pode ser dimensionado ao se levarem em consideração também os dados do Censo de 2005, os quais indicavam que 75,5% dos municípios colombianos eram rurais e abrangiam 94,4% do território do país.

O número de trabalhadores expulsos de seus locais de moradia, os chamados desplazados também é significativo: foram 3,6 milhões de pessoas entre 1998 e 2011, com 65% destes menores de 25 anos e 14% menores de 4 anos, muitos dos quais dirigem-se aos principais centros urbanos do país ou mesmo ao exterior. Segundo esses dados pode-se perceber como a desigualdade social na Colômbia tem na questão agrária um de seus fundamentos. O índice de Gini para a desigualdade social na Colômbia é 0,58 - um dos mais altos no mundo. Além disso, conforme Alarcón (2012) indicadores sociais de 2008 mostram que a pobreza atingiu 47,8% da população e que 17,8% vivem em situação de extrema pobreza. Em números, pode-se dizer que em um país que possui cerca de 46 milhões de habitantes, 29 milhões deles são pobres e 9 milhões vivem em condições de pobreza absoluta. A taxa de desemprego chega a 14% e de cada 100 trabalhadores, 58 são informais.

Com esses dados, percebe-se na questão agrária um dos pilares dos conflitos sociais e da desigualdade econômico-social no país.

Com relação à superestrutura política repressiva, pode-se dizer que a Colômbia está atravessando uma grave crise humanitária com visíveis violações dos direitos humanos. Antes da realização da Marcha, houve o desaparecimento do líder camponês Hernán Henry Díaz, do departamento de Putumayo e responsável pela organização de 200 camponeses que iriam à Marcha em Bogotá. Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT) 60% dos sindicalistas assassinados no mundo são colombianos e conforme a ONU há 52.000 pessoas desaparecidas. Dados fornecidos por Fundações independentes, como a *World Organisation Against Torture* (OMCT), já indicavam a permanência da forte incidência da violência estatal e paramilitar na Colômbia nos anos 2000. De acordo com dados do Banco Mundial, o governo colombiano destinou 3,71% de seu PIB a gastos militares no ano de 2010, valor equivalente ao que foi destinado no mesmo ano à educação.

No entanto, se forem somados os investimentos feitos pelo governo dos EUA por meio de programas como o Plano Colômbia, cerca de 8 bilhões de dólares foram investidos entre 2002 e 2012 para auxiliar as operações militares do governo colombiano. Há, nesse sentido, uma política econômica de Estado destinada à questão militar na Colômbia, mas com prejuízos a outros setores fundamentais da economia. Tal afirmação se torna evidente com as atuais políticas de privatização dos serviços de saúde e com as diversas tentativas de privatização do sistema educacional, sem falar dos já mencionados índices de pobreza e desemprego. Além disso, logo após o lançamento da Marcha Patriótica o segurança de Carlos Lozano Guillén – Mao Rodríguez – foi assassinado. Em seguida o grupo paramilitar Los Hurabeños ofereceu 150.000 pela cabeça de Lozano. Piedad Córdoba também vem sofrendo retaliações por exercer militância política de esquerda e atuar nos processos de paz. A ex-senadora foi banida do cenário político colombiano desde que foi proibida, pelo governo do ex-presidente Uribe, de ocupar cargos públicos nos próximos 38 anos.

Ainda sobre a superestrutura repressiva, estimativas de Institutos colombianos indicam a existência de cerca de 8.500 presos políticos no país, a maioria (90%) formada por civis, dentre eles militantes de esquerda, jornalistas, estudantes, intelectuais, artistas, movimentos sindicais e organizações políticas de trabalhadores urbanos e rurais.

Neste ponto, chama especial atenção o caso da poetisa Angye Gaona que, conforme Vasques (2012), “vem se posicionando publicamente a favor da luta dos trabalhadores, estudantes e dos

milhares de presos políticos. Angye, artista de intensa atividade cultural, faz de sua poesia e de sua arte uma arma de luta e esperança para todos que desejam afirmar a vida na Colômbia”.

Seguindo a prática de violação dos direitos humanos na Colômbia, Angye Gaona foi presa pela polícia colombiana em janeiro de 2011 ao retornar de viagem à Venezuela. Foi acusada – sem provas – de narcotráfico e rebelião. Permaneceu no cárcere por quatro meses e foi posta em liberdade depois de vencido o prazo máximo para seu julgamento. No entanto, ela ainda corre o risco de ser condenada a vinte anos de prisão.

Neste quadro, o Movimento Político e Social Marcha Patriótica propõe superar essas contradições e tem como principal objetivo a busca da paz com justiça social pela, conforme seus integrantes, “segunda e definitiva independência” – a primeira independência foi aquela realizada por Simón Bolívar. Para isso, sucintamente e de acordo com os problemas apresentados acima, a Marcha Patriótica propõe a solução do conflito social e armado de acordo com as seguintes diretrizes: a) para além dos acordos políticos das partes em conflito, a necessidade de superação das condições estruturais – desigualdade social e repressão política - que explicam sua existência e prolongamento indefinido; b) a proposição de uma reforma agrária integral, posto que as políticas de Estado para o campo baseadas na concentração de terras e estímulo ao agronegócio se constituíram em um dos principais fatores da violência e de desarticulação da economia camponesa.

Bibliografia

ALARCÓN, P. L. Na Colômbia, estamos diante de uma das maiores crises humanitária do planeta. São Paulo: Correio da Cidadania, 29 mar. 2012. Entrevista concedida a Valéria Nader e Gabriel Brito. Disponível em: <http://www.correiocidadania.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=6970:manchete290312&catid=72:imagens-rolantes>. Acesso em: 12 jun. 2012.

OVIEDO, R. L. A Marcha Patriótica Transbordou. PCB, 24 abr. 2012. Disponível em: <http://pcb.org.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=3916:a-marcha-patriotica-transbordou&catid=39:colombia>. Acesso em: 30 jul. 2012.

TOLOSA, F. Um mês em Marcha. Uruguai: La Diaria, 13 jun. 2012. Entrevista concedida a Maria González. Disponível em: <<http://ladiaria.com.uy/articulo/2012/6/un-mes-en-marcha/>>. Acesso em: 29 jul. 2012.

VASQUES, J. Poeta colombiana Angye Gaona: acusada de liberdade. São Paulo: Caros Amigos, 23 jan. 2012. Disponível em: <<http://cms.carosamigos.terra.com.br/index/index.php/artigos-e-debates/702-poeta-colombiana-angye-gaona-acusada-de-liberdade>>. Acesso em: 31 jul. 2012.